

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 3º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM DUAS SÉRIES, EM REGIME MISTO DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

CELEBRADO ENTRE

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.
como Emissora;

E

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas

DATA
10 DE JULHO DE 2012

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 3º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM DUAS SÉRIES, EM REGIME MISTO DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

- (i) **CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.**, sociedade com sede na Cidade de Itatiba, Estado de São Paulo, na Rodovia Dom Pedro I (SP-065), Km 110 + 400, Pista Sul, s/n, Sítio da Moenda, CEP: 13252-800, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.647.979/0001-48, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Companhia” ou “Emissora”); e
- (ii) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205 – Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”), representando os debenturistas da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, em regime misto de garantia firme e melhores esforços da Emissora (“Debenturistas da Primeira Série” e “Debenturistas da Segunda Série” e, em conjunto, “Debenturistas”),

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o 3º aditamento (o “Aditamento”) à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (a “Escritura”, a “Emissão” e as “Debêntures”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

O presente Aditamento é celebrado conforme as deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 10 de julho de 2012, nos termos da Cláusula X da Escritura, e na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 10 de julho de 2012.

A eficácia do presente Aditamento está, ainda, sujeita, cumulativamente, às seguintes condições precedentes conforme previstas na referida Assembleia Geral de Debenturistas

- (i) aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

("BNDES"), nos termos do financiamento contratado pela Emissora junto a esta instituição ("Financiamento", conforme definido na cláusula 3.22.2 da Escritura, e "Aprovação do BNDES"); e (ii) celebração e formalização, inclusive pelo BNDES, e os devidos registros dos aditamentos aos documentos de garantia (assim entendidos o Contrato de Penhor de Ações, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e o Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças – em conjunto, os "Contratos de Garantia") relativos à emissão das Debêntures ("Aditamento aos Contratos de Garantia", sendo (i) e (ii) definidas em conjunto como "Condições Suspensivas"), no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados desta data. Dessa forma, este 3º Aditamento é celebrado com condições suspensivas, nos termos do artigo 125 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), passando a produzir efeitos apenas a partir da ocorrência dos eventos acima mencionados e sendo considerado resolvido e, portanto, sem efeito no caso de não implemento das Condições Suspensivas no prazo aqui estabelecido.

CLÁUSULA II AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62, §3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

CLÁUSULA III ALTERAÇÕES

O presente Aditamento tem como objetivos alterar o quanto segue: (i) alongar em 24 (vinte e quatro meses) o prazo de vencimento das Debêntures; (ii) alterar a periodicidade de pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures; (iii) permitir (a) a celebração pela Emissora de contratos de mútuo com partes relacionadas, assim entendidas as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou sob o controle comum da Emissora, até o limite de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), desde que tal dívida contratada seja subordinada às Debêntures e ao Financiamento contratado pela Emissora com o BNDES e tenha como destinação de recursos o investimento na concessão para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I ("Contratos de Mútuo"), e (b) a contratação de endividamento adicional para capital de giro limitado a 03 (três) vezes o último faturamento mensal da Emissora; e (iv) adequar as disposições da Escritura referentes à aquisição facultativa de Debêntures pela Emissora à nova redação da Lei das S.A.

Tendo em vista o alongamento do prazo de vencimento das Debêntures (conforme item "i" acima) e a alteração na periodicidade de pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme item "ii" acima), as partes resolvem alterar as Cláusulas IV e V da Escritura, as quais passam a vigorar com a seguinte redação:

“4.1. Prazo e Data de Vencimento

4.1.1. O prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 163 (cento e sessenta e três) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2024 (“Data de Vencimento da Primeira Série”), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração em moeda corrente nacional.

4.2. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário e da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série

4.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado anualmente, a partir de 15 de janeiro de 2013, conforme a tabela a seguir (“Amortização da Primeira Série”). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização Monetária apurada anualmente, calculada na Cláusula 3.9.2.1 desta Escritura, desde a Data de Emissão até a respectiva data de Amortização da Primeira Série:

<i>Datas de Amortização da Primeira Série:</i>	<i>Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado:</i>
<i>15 de janeiro de 2013</i>	<i>0,50%</i>
<i>15 de janeiro de 2014</i>	<i>0,50%</i>
<i>15 de janeiro de 2015</i>	<i>3,00%</i>
<i>15 de janeiro de 2016</i>	<i>4,00%</i>
<i>15 de janeiro de 2017</i>	<i>3,00%</i>
<i>15 de janeiro de 2018</i>	<i>5,00%</i>
<i>15 de janeiro de 2019</i>	<i>2,50%</i>
<i>15 de janeiro de 2020</i>	<i>5,50%</i>
<i>15 de janeiro de 2021</i>	<i>10,00%</i>
<i>15 de janeiro de 2022</i>	<i>19,00%</i>
<i>15 de janeiro de 2023</i>	<i>21,00%</i>
<i>15 de janeiro de 2024</i>	<i>26,00%”</i>

“5.1. Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série

5.1.1. O prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 169 (cento e sessenta e nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2024 (“Data de Vencimento da Segunda Série”), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda

Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração em moeda corrente nacional.

5.2. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário e da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série

5.2.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anualmente, a partir de 15 de julho de 2013, conforme a tabela a seguir (“Amortização da Segunda Série” e, em conjunto com a Amortização da Primeira Série, “Amortização”). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série apurada anualmente, calculada na forma da Cláusula 3.9.2.1 desta Escritura, desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série:

<i>Datas de Amortização da Segunda Série:</i>	<i>Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado:</i>
<i>15 de julho de 2013</i>	<i>1,00%</i>
<i>15 de julho de 2014</i>	<i>1,00%</i>
<i>15 de julho de 2015</i>	<i>2,00%</i>
<i>15 de julho de 2016</i>	<i>4,00%</i>
<i>15 de julho de 2017</i>	<i>5,00%</i>
<i>15 de julho de 2018</i>	<i>3,00%</i>
<i>15 de julho de 2019</i>	<i>4,00%</i>
<i>15 de julho de 2020</i>	<i>9,00%</i>
<i>15 de julho de 2021</i>	<i>13,00%</i>
<i>15 de julho de 2022</i>	<i>16,00%</i>
<i>15 de julho de 2023</i>	<i>19,00%</i>
<i>15 de julho de 2024</i>	<i>23,00%”</i>

Ademais, tendo em vista a concessão da permissão para que a Emissora possa celebrar Contratos de Mútuo, bem como possa contratar endividamento adicional para capital de giro limitado a 03 (três) vezes o valor de seu último faturamento mensal, conforme disposto no item (iii) da Cláusula III acima, fica alterada a alínea “t” da Cláusula 7.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“7.1. Respeitado o disposto nas Cláusulas 7.6 e 7.7, as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo:

(...)

(t) caso a Emissora contrate novos endividamentos, com exceção: (i) ao Financiamento e às Debêntures 476; (ii) a financiamentos contratados com partes relacionadas, assim entendidas as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou sob o controle comum da Emissora, até o limite de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), que devem ser subordinados às Debêntures e ao Financiamento (conforme definido na cláusula 3.22.2 desta Escritura) contratado pela Emissora com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") e ter recursos destinados a investimento na concessão para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I; e (iii) ao financiamento adicional total para capital de giro, assim entendido por dívida de curto prazo, limitado a 03 (três) vezes o último faturamento mensal da Emissora. Sem prejuízo do disposto nos itens (i) a (iii) acima, caso a Emissora venha a apurar índice de Dívida Líquida / EBITDA $\leq 3,0$, a Emissora poderá contratar novos endividamentos até este limite, sendo tal índice calculado com base nas definições abaixo:

- (i) Dívida = todas as obrigações financeiras a pagar da Emissora relacionadas ao Financiamento, às Debêntures, às Debêntures 476 (se emitidas) e outras dívidas financeiras permitidas, exceto leasing operacional;
- (ii) Dívida Líquida = Dívida (-) caixa, bancos e aplicações financeiras;
- (iii) EBITDA = lucro (prejuízo) operacional (+) depreciação e amortização.

A verificação do índice de Dívida Líquida/EBITDA pelo Agente Fiduciário deverá ser realizada nas mesmas datas e mesmos termos conforme o disposto no item "r" acima, caso a Emissora o notifique nas mesmas datas de verificação trimestral dos índices para informar que contratou novos financiamentos."

Por fim, para adequação da cláusula 6.1.1 à nova redação dada aos parágrafos do artigo 55 da Lei das S.A. pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, permitindo que, sendo desejo do Debenturista aliená-las, a Emissora possa adquirir as Debêntures de sua emissão por valor superior ao seu valor nominal, desde que observe as regras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, fica alterada referida cláusula, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"6.1.1.A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, observado o disposto no §3º do artigo 55 da Lei das S.A., conforme alterada pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011".

CLÁUSULA IV
OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Fica o Agente Fiduciário responsável por verificar o cumprimento das Condições Suspensivas.

CLÁUSULA V
RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA VI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores, sendo certo, no entanto, que, caso as Condições Suspensivas não sejam implementadas e verificadas, pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula IV acima, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de celebração deste Aditamento, este Aditamento deverá ser considerado automaticamente revogado e sem efeito. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Este Aditamento, até o implemento das Condições Suspensivas, não deverá impedir, restringir e/ou limitar, de qualquer forma, o exercício, pelos Debenturistas, de todo e qualquer direito, faculdade, recurso, poder ou privilégio pactuados na Escritura, exceto pela declaração de vencimento antecipado decorrente do não pagamento da parcela originalmente devida no dia 15 de julho de 2012.

Em consequência das disposições do presente Aditamento, a Escritura, tendo incorporadas as retificações constantes do presente Aditamento, passa a vigorar com a redação constante do Anexo I a este Aditamento.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 10 de julho de 2012.

Página de Assinatura do Instrumento Particular de 3º Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Página de Assinatura do Instrumento Particular de 3º Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Página de Assinatura do Instrumento Particular de 3º Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

**ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, A SER CONVOLADA EM
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM DUAS SÉRIES, EM REGIME MISTO DE GARANTIA
FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.**

**CELEBRADA ENTRE
CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.**
como Emissora;

E

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas

DATA
10 DE JULHO DE 2012

ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM DUAS SÉRIES, EM REGIME MISTO DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.**, sociedade com sede na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Avenida Juca Peçanha, nº 116, Bairro Cidade Satélite, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.647.979/0001-48, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Companhia” ou “Emissora”); e
- (ii) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205 – Condomínio *Downtown* – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.768/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”), representando os debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, a ser convolada em espécie com garantia real, em duas séries, em regime misto de garantia firme e melhores esforços da Emissora (“Debenturistas da Primeira Série” e “Debenturistas da Segunda Série” e, em conjunto, “Debenturistas”),

vêm por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente “Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.” (“Escritura”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. A Escritura é firmada com base na seguinte autorização:

1.2. Assembléia Geral Extraordinária da Emissora (“AGE”) realizada em 21 de junho de 2010, na qual foi deliberada a emissão das Debêntures, bem como as condições constantes do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

1.3. Esta Escritura será objeto de aditamento para (i) refletir a quantidade de Debêntures a ser emitida; e (ii) convolar a sua espécie subordinada em espécie com garantia real, nos termos do Anexo I ao presente instrumento (“Aditamento”).

CLÁUSULA II

REQUISITOS

A primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, a ser convolada em espécie com garantia real, em duas séries, da Emissora (“Debêntures”), sob o regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação (“Emissão” ou “Oferta”) será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1. A ata de AGE que deliberou sobre a presente Emissão, realizada em 21 de junho de 2010, foi protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em 21 de junho de 2010, e foi publicada no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” (“DOESP”) e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, em 22 de junho de 2010, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das S.A.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, conforme legislação em vigor.

2.2. Arquivamento da Escritura

2.2.1. A Escritura e seus aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.3.1. A Emissão deverá ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das S.A. e nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.4. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.4.1. A Emissão será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 25 do “Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” (“Código ANBID”).

2.5. Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário

2.5.1. As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário: (i) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e do Sistema BovespaFix (“BOVESPAFIX”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Número da Emissão e Valor Total

3.1.1. A presente Escritura representa a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de até R\$815.000.000,00 (oitocentos e quinze milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 3.8 abaixo, sendo R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) colocados sob o regime de garantia firme de colocação e até R\$215.000.000,00 (duzentos e quinze milhões de reais) colocados sob o regime de melhores esforços de colocação, observado que tal montante pode ser aumentado em função do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção do Lote Suplementar, conforme definidas nas Cláusulas 3.3.2 e 3.3.3 desta Escritura.

3.2. Valor Nominal Unitário

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em duas séries (“Séries”), sendo que para cada Debênture da Primeira Série adquirida pelo investidor, deverá ser adquirida uma Debênture da Segunda Série, de forma que cada investidor tenha a mesma quantidade de Debêntures de cada uma das Séries. Serão emitidas 110.000 (cento e dez mil) Debêntures, sendo 55.000 (cinquenta e cinco mil) Debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e 55.000 (cinquenta e cinco mil) Debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”). A quantidade de Debêntures alocada em cada uma das séries foi definida em procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido pelos Coordenadores, nos

termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM nº 400 (“Procedimento de Bookbuilding”), e atende o limite máximo de 40.750 (quarenta mil, setecentas e cinquenta) Debêntures em cada Série aprovado pela AGE, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar.

3.3.2. A quantidade de Debêntures foi aumentada, na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, em 20% ((vinte por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida (“Debêntures Adicionais”), ou seja, 16.300 (dezesesseis mil e trezentas) Debêntures Adicionais, nas mesmas condições e no mesmo preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 (“Opção de Debêntures Adicionais”). As Debêntures Adicionais foram colocadas pelos Coordenadores sob o regime de melhores esforços.

3.3.3. A quantidade de Debêntures foi aumentada em 14,97% (quatorze inteiros e noventa e sete centésimos por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, em razão da opção para distribuição de um lote de debêntures suplementares (“Debêntures do Lote Suplementar”), ou seja, 12.200 (doze mil e duzentas) Debêntures do Lote Suplementar, exclusivamente para atender eventual excesso de demanda constatado pelos Coordenadores no decorrer da Oferta, nas mesmas condições e no mesmo preço das Debêntures inicialmente ofertadas, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 (“Opção de Lote Suplementar”). As Debêntures do Lote Suplementar, foram colocadas pelos Coordenadores sob o regime de melhores esforços.

3.3.4. O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi objeto de aditamento da Escritura, que foi protocolado para arquivamento na JUCESP.

3.3.5. A Emissora tomou todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar.

3.3.6. As Debêntures do Lote Suplementar e/ou Debêntures Adicionais serão colocadas em regime de melhores esforços de colocação.

3.3.7. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures objeto do regime de melhores esforços, sendo que a Oferta em nada será afetada caso não haja a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures a serem colocadas sob regime de melhores esforços. As Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de colocação das debêntures objeto dos melhores esforços deverão ser canceladas pela Emissora. A manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização da quantidade mínima de 60.000 (sessenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

3.3.8. As Debêntures da Segunda Série não poderão ser colocadas antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série, observado o §3º do artigo 59 da Lei das S.A.

3.4. Forma e comprovação de titularidade

3.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos das Debêntures.

3.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND e o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA.

3.5. Conversibilidade

3.5.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

3.6. Espécie

3.6.1. As Debêntures são da espécie com garantia real, conforme estabelecido na Cláusula 3.22 desta Escritura.

3.6.2. A Emissora deverá encaminhar à CETIP e à BM&FBOVESPA, cópia do Aditamento tão logo este seja registrado perante a JUCESP.

3.7. Limite de Emissão

3.7.1. A Emissão atende aos requisitos previstos na alínea “a” do parágrafo primeiro, do artigo 60 da Lei das S.A., uma vez que (a) as Debêntures são da espécie com garantia real, e (b) o valor da garantia, representada pelo penhor da totalidade das ações representativas do capital social da Emissora, em 26 de abril de 2010, é de R\$4.545.434.000,00 (quatro bilhões, quinhentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil reais), conforme Sumário Executivo da Avaliação Econômico-Financeira da Emissora, elaborado pela Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., o que representa, na Data de Emissão, 413,2% do valor total do saldo devedor das Debêntures.

3.8. Data de Emissão

3.8.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de junho de 2010 (“Data de Emissão”).

3.9. Rendimento das Debêntures

3.9.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures de ambas as Séries farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização Monetária (conforme definida na Cláusula 3.9.2. abaixo) e pela Remuneração (conforme definida na Cláusula 3.9.3 abaixo) (“Rendimento”).

3.9.2. Atualização Monetária das Debêntures.

3.9.2.1. As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures e, imediatamente após a primeira data de amortização, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário (valor nominal unitário remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{Dup}{360}} \right]$$

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o “ NI_k ” corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

Dup = número de dias úteis entre Data de Emissão ou a última data

de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

Dut = número de dias úteis contidos entre a última data de aniversário e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizado o último número-índice disponível do índice de preços em questão.

i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;

ii. Considera-se data de aniversário todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente;

iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures;

iv. O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

3.9.2.2. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

3.9.2.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal.

3.9.2.4. No caso de inexistir substituto legal para o IPCA, nos termos da Cláusula 3.9.2.3 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"),

(na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das S.A. e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. O índice a ser proposto pela Emissora deverá ser, preferencialmente, aquele que adotar a unidade de coleta mais semelhante àquela do IPCA ("Taxa Substitutiva Similar"). Na ausência ou impossibilidade de definição do novo índice conforme esse critério deverá ser proposto aquele que refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva de Mercado" e, em conjunto com a Taxa Substitutiva Similar, a "Taxa Substitutiva").

3.9.2.5. A AGD que deliberará sobre a Taxa Substitutiva a ser adotada será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado.

3.9.2.6. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo dos juros remuneratórios integrantes do cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

3.9.2.7. A Taxa Substitutiva deverá ser aprovada pela Emissora e por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo.

3.9.2.8. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso.

3.9.3. Remuneração

3.9.3.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração de 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou sobre o seu saldo, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (abaixo definido), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo ("Remuneração").

3.9.3.2. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou na data do efetivo pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na data do efetivo

pagamento de Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

3.9.3.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- $FatorJuros$ = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right\}$$

onde:

- $Taxa$ = 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento);
- DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

3.10. Preço de Subscrição

3.10.1. As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização (“Preço de Subscrição”).

3.11. Integralização

3.11.1. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição.

3.12. Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Antecipada Facultativa Parcial

3.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 16 de julho de 2015, inclusive, e somente a cada dia útil imediatamente posterior a uma data de Amortização das Debêntures da Primeira Série ou Data de Amortização das Debêntures da Segunda

Série, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado”), ou amortizações antecipadas parciais de até 90% (noventa por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado não amortizado das Debêntures, nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva amortização, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento do Valor Nominal e da Remuneração (“Amortização Antecipada”), observado que a amortização antecipada será feita igualmente com relação às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série e abrangerá todas as Debêntures em Circulação.

3.12.2. A Emissora realizará o Resgate Antecipado ou a Amortização Antecipada por meio de publicação de anúncio, com 10 (dez) dias úteis de antecedência, a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 3.18 abaixo (“Comunicação de Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada”), que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado ou da Amortização Antecipada, incluindo: (a) a data para o resgate ou amortização das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas (“Data de Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada”); (b) a proporção do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado e da Remuneração que deverá ser paga por debênture, no caso de Amortização Antecipada; e (c) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

3.12.3. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada (“Preço de Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada”) será equivalente, para as Debêntures de ambas as Séries, ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) e (B) abaixo, sendo que, caso (B) seja maior que (A), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (B) e (A) (“Prêmio de Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada”):

(A) ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, corrigidos conforme cláusula 3.9.2 até a Data de Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada;

(B) a soma do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, corrigidos conforme cláusula 3.9.2, até a Data do Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada, e a Remuneração, não pagos, desde a data do efetivo Resgate Antecipado ou da Amortização Antecipada até a Data de Vencimento da respectiva Série, trazida a valor presente até a data do efetivo Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada utilizando-se uma taxa percentual ao ano (“Taxa de Desconto”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis *pro-rata temporis*, que corresponderá à soma exponencial (i) da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, da Nota do Tesouro Nacional – Série B (NTNB), número de registro ISIN BRSTNCNTB3A0, com vencimento em 15 de agosto de 2020, apurada no terceiro dia útil imediatamente anterior à Data de Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada, e (ii) de uma sobretaxa (*spread*) de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), que deverá ser calculado com base na seguinte

fórmula, observado que somente as parcelas de amortização e juros que venceriam após a Data de Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada deverão ser consideradas na apuração do valor (B):

$$B = \sum_{k=1}^n \left(\frac{VNe_k}{FVP_k} \times C_{Resgate} \right)$$

Onde:

VNe_k = Valor Nominal Unitário de cada uma das “k” parcelas vincendas das Debêntures, conforme cronograma abaixo, sendo o valor de cada “k” parcela calculado por meio da soma da coluna “Valor Nominal”, prevista nas tabelas abaixo, e dos juros calculados com base cláusula 3.9.3.3 acima.

n = número total de parcelas ainda não amortizadas das Debêntures, conforme cronograma abaixo, sendo n um número inteiro;

FVP_k = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FVP_k = [(1 + NTNB) \times (1 + 0,005)]^{(n_k/252)}$$

$NTNB$ = taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, da Nota do Tesouro Nacional - Série B ($NTNB$), número de registro ISIN BRSTNCNTB3A0 com vencimento em 15 de agosto de 2020, apurada no terceiro dia útil imediatamente anterior à Data de Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada;

n_k = número de dias úteis entre a Data de Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada e a data de vencimento programada de cada parcela “k” vincenda, conforme cronograma abaixo.

$C_{Resgate}$ = Fator da variação acumulada do IPCA/IBGE calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Emissão até a Data de Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada conforme item 3.9.2.1. desta Escritura.

Debêntures da Primeira Série:

K	Datas de Amortização da Primeira Série	Valor Nominal	Juros	VNe_k
1	15 de janeiro de 2016	700,00	844,659199	1.544,659199
3	15 de janeiro de 2017	850,00	781,482074	1.631,482074
5	15 de janeiro de 2018	1.100,00	691,720495	1.791,720495
7	15 de janeiro de 2019	1.300,00	593,159550	1.893,159550
9	15 de janeiro de 2020	1.650,00	475,682387	2.125,682387
11	15 de janeiro de 2021	1.700,00	314,498883	2.014,498883
13	15 de janeiro de 2022	1.600,00	152,484307	1.752,484307

Debêntures da Segunda Série:

K	Datas de Amortização da Segunda Série	Valor Nominal	Juros	VNe_k
2	15 de julho de 2016	700,00	823,020000	1.523,020000
4	15 de julho de 2017	850,00	749,753671	1.599,753671
6	15 de julho de 2018	1.100,00	663,487005	1.763,487005
8	15 de julho de 2019	1.300,00	562,325622	1.862,325622
10	15 de julho de 2020	1.650,00	446,853151	2.096,853151
12	15 de julho de 2021	1.700,00	285,908076	1.985,908076
14	15 de julho de 2022	1.300,00	124,410000	1.424,410000

Após a realização de cada Amortização Antecipada, as colunas “Valor Nominal” nas tabelas acima deverão ser multiplicadas pelo seguinte fator:

$$F_{\text{Amort}} = \prod_{k=1}^n \left[1 - \text{PRA}_K \right]$$

Onde:

F_{Amort} = Produtório dos fatores dos percentuais do Valor Nominal Unitário da Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário amortizado antecipadamente pela Emissora, nos termos desta Cláusula;

n = Número de amortizações antecipadas pela Emissora, nos termos desta Cláusula, sendo n um número inteiro;

PRA_K = percentual do Valor Nominal Unitário da Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário, de ordem k, amortizado antecipadamente pela Emissora, nos termos desta Cláusula, onde:

$$PRA_K = VN_{Amort} / VNe$$

Onde:

VN_{Amort} = Valor Nominal Unitário não atualizado amortizado antecipadamente pela Emissora, nos Termos desta Cláusula,

VNe = Conforme definido na cláusula 3.9.2.1

Caso ocorra uma Amortização Antecipada, nos termos desta Cláusula, as colunas “Juros” deverão ser recalculadas, com base na forma prevista na cláusula 3.9.3.3 acima, e as colunas VNe_k serão obtidas através da soma das colunas “Valor Nominal” e “Juros”.

3.12.4. Ao valor apurado na cláusula 3.12.3 acima, será acrescida a Remuneração da Primeira Série ou Remuneração da Segunda Série aplicável, conforme o caso, acumulada, *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data do Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada.

3.12.5. Caso a NTN-B citada no item (B) acima deixe de existir ou tenha seu vencimento verificado anteriormente ao Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada em questão, a mesma será substituída por outra NTN-B que tiver o prazo de vencimento mais próximo ao prazo remanescente para o vencimento das Debêntures da Segunda Série.

3.12.6. O pagamento do Preço de Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada deverá ser realizado de acordo com o disposto no item “Local de Pagamento” abaixo.

3.12.7. Caso ocorra o Resgate Antecipado ou a Amortização Antecipada, a CETIP e a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

3.13. Local de Pagamento

3.13.1. Observado o previsto na Cláusula 3.15 desta Escritura, os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) por meio do Banco Mandatário e Escriturador para as Debêntures que não estiverem registradas no SND e BOVESPAFIX.

3.14. Imunidade dos Debenturistas

3.14.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário e Escriturador, sob pena de ter descontados dos Rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.15. Prorrogação dos Prazos

3.15.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.16. Encargos Moratórios

3.16.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.17. Mora do Debenturista

3.17.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da obrigação pecuniária.

3.18. Publicidade

3.18.1. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (www.rotadasbandeiras.com.br).

3.19. Destinação dos Recursos

3.19.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures será destinada ao alongamento do perfil da dívida com o pagamento do principal e dos juros

relativos ao Convênio de Abertura de Crédito, celebrado em 22 de maio de 2009, entre a Emissora, o Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A., HSBC Bank Brasil S.A., Banco do Nordeste S.A. e Banco Votorantim S.A. (“Empréstimo Ponte”), sendo que, caso a Oferta seja inferior à R\$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), a Emissora realizará uma emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada a ser convolada em espécie com garantia real, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor necessário a completar a captação de R\$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) (as “Debêntures 476” e a “Oferta com Esforços Restritos”, respectivamente).

3.20. Repactuação

3.20.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.21. Banco Mandatário e Escriturador

3.21.1. O banco mandatário da Emissão e a instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A. (“Banco Mandatário e Escriturador”).

3.22. Garantias

3.22.1. As Debêntures terão como garantias, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), penhor de ações de emissão da Emissora e cessão fiduciária de direitos emergentes resultantes do Contrato de Concessão Rodoviária Nº 003/ARTESP/2009 – Corredor Dom Pedro I (“Contrato de Concessão”), observado o disposto no Edital nº 002/2008 da Concorrência Pública Internacional da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP” e “Edital”, respectivamente), e na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, em especial do seu artigo 28, estando sua eficácia e validade condicionadas à prévia liberação das garantias constituídas em favor do Empréstimo Ponte. Tais garantias passarão a ser válidas e eficazes mediante a ocorrência dos eventos relacionados na Cláusula 2.1 dos Contratos de Garantia (“Garantias”), quais sejam:

- (i) Penhor da totalidade das ações representativas do capital social da Emissora, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações empenhadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às acionistas da Emissora, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações empenhadas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade das acionistas da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações empenhadas, em razão de cancelamento das

mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora (“Ações Empenhadas”), cujo percentual de garantia será calculado anualmente de acordo com relatório produzido por empresa de consultoria independente ou banco de investimento, ambos de primeira linha, contratado para esta finalidade e selecionado pela Emissora, de acordo com a Cláusula 3.22.7 desta Escritura (“Contrato de Penhor”); e

- (ii) Cessão fiduciária de (a) todos os direitos decorrentes do Contrato de Concessão, inclusive, sem limitação, os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão, (b) todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I, nos termos do Contrato de Concessão, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão; e (c) todos os direitos creditórios da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos na conta vinculada, a qual acolherá os depósitos, diariamente efetuados pelo Banco do Brasil S.A., na qualidade de banco depositário e arrecadador (“Banco Depositário e Arrecadador”), de todos os recursos recebidos em virtude do pagamento de quaisquer direitos creditórios, movimentável apenas pelo Banco Depositário e Arrecadador (“Conta Vinculada”), na Conta Reserva do Serviço da Dívida, na Conta de Complementação do ICSD, na Conta Reserva de O&M, as quais, quando referidas em conjunto são denominadas Contas do Projeto, bem como os recursos depositados na Conta para Pagamento do Empréstimo Ponte, (conforme definidas, e nos termos do, Contrato de Administração de Contas) de sua titularidade (“Direitos Cedidos”, “Contrato de Cessão Fiduciária” e, em conjunto com o Contrato de Penhor, os “Contratos de Garantia”), sendo que todas as receitas provenientes do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como eventuais recursos decorrentes da excussão do mesmo serão depositados na Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Administração de Contas a ser firmado entre a Emissora e o Banco Depositário e Arrecadador (“Contrato de Administração de Contas”).

3.22.2. As Garantias serão compartilhadas, de forma “pari passu” e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, entre (i) os titulares das Debêntures, (ii) instituição financeira (“Instituição Financeira”), em decorrência do contrato de financiamento a longo prazo, a ser firmado com a Emissora, no valor de até R\$922.000.000,00 (novecentos e vinte e dois milhões de reais), para aquisição de bens de capital e investimentos necessários ao perfeito atendimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão (“Financiamento”) e (iii) os titulares das Debêntures 476, caso tais debêntures sejam emitidas. Os Contratos de Garantia, bem como o Contrato de Administração de Contas serão aditados a fim de incluir as Debêntures 476 (caso emitidas) dentre as obrigações garantidas pelas Garantias (as obrigações decorrentes das Debêntures, das Debêntures 476 e do Financiamento, “Obrigações Garantidas”), devendo tal aditamento ser assinado imediatamente após a emissão das Debêntures 476.

3.22.3. O montante recebido pela Emissora em decorrência (i) dos valores pagos pelos Debenturistas à Emissora, a título de integralização das Debêntures e (ii) dos valores pagos pelos titulares das Debêntures 476 à Emissora, a título de integralização das Debêntures 476, caso aplicável, serão depositados em conta vinculada de titularidade da Emissora, com a finalidade de pagar o valor de principal e os juros relativos ao Empréstimo Ponte, sendo tal conta movimentada única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário e pelo agente fiduciário das Debêntures 476, caso emitidas, nos termos do Contrato de Administração de Contas (“Conta para Pagamento do Empréstimo Ponte”).

3.22.4. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar o Aditamento ao presente instrumento, para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de subordinada para com garantia real, ficando desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembléia Geral de Acionistas da Emissora ou de AGD para aprovação do Aditamento. A celebração do Aditamento deverá ocorrer até 20 (vinte) dias úteis da liberação das garantias do Empréstimo Ponte, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.1. desta Escritura. A convolação da espécie das Debêntures de subordinada para com garantia real ocorrerá mediante o cumprimento de certas condições mencionadas em cada um dos Contratos de Garantia, quais sejam: (i) registro de cada um dos Contratos de Garantia nos respectivos cartórios indicados nos Contratos de Garantia; e (ii) anotação do penhor junto ao livro de registro das ações da Emissora, em qualquer caso, após a liberação das garantias do Empréstimo Ponte.

3.22.5. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover a averbação dos Contratos de Garantia e do Contrato de Administração de Contas, caso a Emissora não o faça, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, conforme previsto nos Contratos de Garantia.

3.22.6. Em caso de excussão das Garantias, serão adotadas as medidas necessárias para alienar as Ações Empenhadas e/ou os Direitos Creditórios, procedendo à avaliação e à venda, na forma do disposto no Contrato de Penhor, no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a Instituição Financeira (“Contrato de Compartilhamento de Garantias”), sendo que a cessão do controle da Emissora dependerá de prévia e expressa anuência da ARTESP. A Emissora requereu seu registro de companhia aberta na categoria B perante a CVM, em 20 de maio de 2010, sendo que tal categoria não permite que suas ações sejam negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários.

3.22.7. O valor das Ações Empenhadas, nos termos do Contrato de Penhor, deverá ser avaliado anualmente, até 31 de março de cada ano, por empresa de consultoria independente ou banco de investimento, ambos de primeira linha, selecionado pela Emissora de modo que represente em 31 de dezembro de cada ano, no mínimo, o somatório de (i) 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures, incluindo o valor do saldo devedor das Debêntures 476, nos termos da Cláusula 3.22.2 acima, caso aplicável, e (ii) 125% do montante total contraído por meio do Financiamento,

caso aplicável (“Valor Mínimo da Garantia”). A Emissora deverá enviar o relatório da empresa de consultoria independente ou banco de investimento, conforme o caso, contendo o Valor Mínimo da Garantia e a memória de cálculo de sua apuração ao Agente Fiduciário até o dia 31 de março de cada ano.

3.22.7.1. Caso o Agente Fiduciário, após o recebimento do relatório disposto no item anterior, verifique o não atendimento do Valor Mínimo da Garantia, deverá notificar a Emissora, para que em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de entrega da notificação, complemente a garantia real de modo a restabelecer o Valor Mínimo da Garantia, nos termos da Cláusula 3.22.7 acima.

3.22.7.2. A não observância do complemento da garantia a fim de manter o Valor Mínimo da Garantia, nos termos da Cláusula 3.22.7.1 acima, acarretará vencimento antecipado das Debêntures de ambas as séries da presente Emissão.

3.23. Colocação das Debêntures

3.23.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime misto de garantia firme de colocação no valor de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e sob o regime de melhores esforços no valor de até R\$215.000.000,00 (duzentos e quinze milhões de reais).

3.23.2. Nos termos da AGE, será admitida a distribuição parcial das Debêntures objeto do regime de melhores esforços, sendo que a Oferta em nada será afetada caso não haja a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures objeto da Oferta. As Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o Prazo de Colocação das Debêntures Objeto dos Melhores Esforços serão canceladas pela Emissora. A manutenção da Oferta está condicionada à quantidade mínima de 60.000 (sessenta mil) Debêntures subscritas e integralizadas, perfazendo o montante mínimo de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

3.23.3. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso a Oferta não atinja excesso de demanda superior em um terço à quantidade de valores mobiliários ofertada, será permitida a participação de investidores que sejam (a) controladores, pessoas jurídicas integrantes ao mesmo grupo econômico da Emissora, ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como, os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c).

3.24. Contas Reserva

3.24.1. Serão constituídas contas vinculadas reserva, nos termos do Contrato de Administração de Contas, com as seguintes características: (i) conta vinculada na qual deverá conter montante equivalente ao custo operacional da Emissora relativo a um período de 3 (três) meses, estimado com base nos gastos da Emissora durante os 3 (três) meses antecedentes, nos termos do Contrato de Administração de Contas (“Conta Reserva de O&M”) e (ii) conta vinculada na qual deverá conter montante equivalente ao necessário

para o pagamento dos próximos 6 (seis) meses do serviço da dívida da Emissora, incluindo principal e acessórios da dívida decorrente desta Escritura e do Financiamento, qual deverá ser revista mensalmente pela Emissora nos termos do Contrato de Administração de Contas (“Conta Reserva do Serviço da Dívida” e, em conjunto com a Conta Reserva de O&M, as “Contas Reserva”).

CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

4.1. Prazo e Data de Vencimento

4.1.1. O prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 163 (cento e sessenta e três) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2024 (“Data de Vencimento da Primeira Série”), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração em moeda corrente nacional.

4.2. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário e da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série

4.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado anualmente, a partir de 15 de janeiro de 2013, conforme a tabela a seguir (“Amortização da Primeira Série”). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização Monetária apurada anualmente, calculada na Cláusula 3.9.2.1 desta Escritura, desde a Data de Emissão até a respectiva data de Amortização da Primeira Série:

Datas de Amortização da Primeira Série:	Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado:
15 de janeiro de 2013	0,50%
15 de janeiro de 2014	0,50%
15 de janeiro de 2015	3,00%
15 de janeiro de 2016	4,00%
15 de janeiro de 2017	3,00%
15 de janeiro de 2018	5,00%
15 de janeiro de 2019	2,50%
15 de janeiro de 2020	5,50%
15 de janeiro de 2021	10,00%
15 de janeiro de 2022	19,00%
15 de janeiro de 2023	21,00%

15 de janeiro de 2024	26,00%
-----------------------	--------

4.3 Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série

4.3.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será feito anualmente, a partir de 15 de janeiro de 2012, em 11 (onze) parcelas consecutivas, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme aplicável, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2012 e o último na Data de Vencimento da Primeira Série.

CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

5.1. Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série

5.1.1. O prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 169 (cento e sessenta e nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2024 (“Data de Vencimento da Segunda Série”), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração em moeda corrente nacional.

5.2. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário e da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série

5.2.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anualmente, a partir de 15 de julho de 2013, conforme a tabela a seguir (“Amortização da Segunda Série” e, em conjunto com a Amortização da Primeira Série, “Amortização”). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série apurada anualmente, calculada na forma da Cláusula 3.9.2.1 desta Escritura, desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série:

Datas de Amortização da Segunda Série:	Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado:
15 de julho de 2013	1,00%
15 de julho de 2014	1,00%
15 de julho de 2015	2,00%
15 de julho de 2016	4,00%
15 de julho de 2017	5,00%
15 de julho de 2018	3,00%
15 de julho de 2019	4,00%
15 de julho de 2020	9,00%
15 de julho de 2021	13,00%
15 de julho de 2022	16,00%
15 de julho de 2023	19,00%
15 de julho de 2024	23,00%

5.3. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série

5.3.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será feito anualmente, a partir de 15 de julho de 2011, em 12 (doze) parcelas consecutivas, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme aplicável, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.

CLÁUSULA VI NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

6.1. Aquisição Facultativa

6.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, observado o disposto no §3º do artigo 55 da Lei das S.A., conforme alterada pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

6.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, serem objeto de aditamento a esta Escritura.

6.1.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus ao mesmo Rendimento das demais Debêntures em Circulação, observadas as características de sua respectiva série.

CLÁUSULA VII

VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Respeitado o disposto nas Cláusulas 7.6 e 7.7, as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo:

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura, não sanada dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contado da data do inadimplemento;
- (b) declaração de vencimento antecipado da dívida referente às Debêntures 476 ou ao Financiamento, bem como a declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida permitida referida na alínea “t” desta Cláusula 7.1;
- (c) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura ou nos Contratos de Garantia, se não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável;
- (d) caso a Emissora não mantenha, a cada trimestre de apuração, o montante requerido na Conta Reserva de O&M ou, mensalmente, o montante requerido na Conta Reserva do Serviço da Dívida, a qual deverá ser revista mensalmente pela Emissora, nos termos do Contrato de Administração de Contas, exceto se a Emissora complementar o saldo de cada uma das Contas Reserva, conforme aplicável, em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega pela Emissora do Relatório Trimestral, conforme definido na cláusula 8.1. (e) (ii) abaixo;
- (e) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas;
- (f) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais: (i) que acarretem o início, pelo Poder Concedente, de procedimento administrativo com o objetivo de intervenção pelo Poder Concedente, encampação, caducidade, extinção ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão; ou (ii) que impliquem interrupção ou suspensão total ou de parte relevante da operação da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I, correspondente ao Lote 07 da 2ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, sem que a Emissora consiga reverter ou obter medida liminar preservando seus direitos, no prazo de 90 (noventa) dias com relação aos itens (i) e (ii) desta alínea “f”;

- (g) a decretação de intervenção pela ARTESP, tendo por objeto o término do Contrato de Concessão, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento;
- (h) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade “leasing operacional”, em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais)); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; ou (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão;
- (i) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto conforme previsto no item “j” abaixo;
- (j) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas. Excetua-se, contudo, qualquer transferência do controle direto ou indireto da Emissora, na qual a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente pela Odebrecht S.A ou por empresa que venha a substituí-la como sociedade de participação (*holding*) da Organização Odebrecht;
- (k) protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de Reais), cuja devida e tempestiva comprovação de sustação, cancelamento, suspensão dos efeitos ou pagamento não for apresentado ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação do protesto;
- (l) não pagamento, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);
- (m) se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;

- (n) se a Emissora (i) solicitar moratória, (ii) solicitar suspensão geral do pagamento e/ou reestruturação de parte substancial de suas dívidas, (iii) tornar-se insolvente, requerer recuperação judicial, extrajudicial ou falência; ou (iv) se a Emissora tiver sua falência decretada e/ou requerida, desde que nesta última hipótese referido requerimento não seja sanado no prazo judicial aplicável;
- (o) caso a Emissora vier a cessar suas atividades empresariais, a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução ou realizar transformação em sociedade limitada;
- (p) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.22 desta Escritura não estejam devidamente autorizadas pela ARTESP, válidas e registradas perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades de Atibaia e São Paulo, Estado de São Paulo, em até 20 (vinte) dias úteis contados da liberação das garantias referentes ao Empréstimo Ponte;
- (q) apresentação, pela(s) agência(s) de classificação de risco contratada(s) pela Emissora, de classificação de risco atribuída às Debêntures em nível igual ou inferior a “br.A” pela Standard and Poor’s, ou “A2.br” pela Moody’s ou “A(bra)” pela Fitch Ratings;
- (r) não observância pela Emissora, em cada trimestre de apuração, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), a ser verificado pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a fórmula abaixo, com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores cobertos por informações financeiras revisadas e/ou auditadas da Emissora, a partir do trimestre encerrado em 30 de junho de 2010, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 7.2 abaixo:

Considera-se como “ICSD”, o resultado da seguinte equação:

$$\frac{\text{EBITDA} - \text{Impostos} - \text{Variação de Capital de Giro} - \text{CAPEX líquido de financiamentos}}{\text{Amortização de Principal} + \text{Pagamento de Juros}};$$

Onde:

- i. considera-se como “EBITDA”, lucro (prejuízo) operacional (+) depreciação e amortização;
- ii. considera-se como “Impostos”, o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no referido período;
- iii. considera-se como “Variação de Capital de Giro”, a Necessidade de Capital de Giro no referido período (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:
[(+) Ativo Circulante (-) caixa, bancos e aplicações financeiras] –
[Passivo Circulante (-) Dívida de curto prazo]
- iv. considera-se como “CAPEX líquido de financiamentos”, os investimentos

realizados durante o referido período, deduzidos dos respectivos financiamentos desembolsados no mesmo período para financiamento de tais investimentos;

- v. considera-se como “Amortização de Principal”, valores pagos relacionados ao principal de dívidas durante o referido período; e
 - vi. considera-se como “Pagamento de Juros”, valores pagos relacionados aos juros de dívidas durante o referido período.
- (s) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, incluindo a concessão de mútuos ou financiamentos pela Emissora, ressalvado, entretanto: (i) o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo; ou (ii) se as suas demonstrações financeiras trimestrais auditadas apresentarem ICSD mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), observado o disposto na Cláusula 7.3 abaixo;
- (t) caso a Emissora contrate novos endividamentos, com exceção: (i) ao Financiamento e às Debêntures 476; (ii) a financiamentos contratados com partes relacionadas, assim entendidas as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou sob o controle comum da Emissora, até o limite de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), que devem ser subordinados às Debêntures e ao Financiamento (conforme definido na cláusula 3.22.2 desta Escritura) contratado pela Emissora com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (“BNDES”) e ter recursos destinados a investimento na concessão para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I; e (iii) ao financiamento adicional total para capital de giro, assim entendido por dívida de curto prazo, limitado a 03 (três) vezes o último faturamento mensal da Emissora. Sem prejuízo do disposto nos itens (i) a (iii) acima, caso a Emissora venha a apurar índice de Dívida Líquida / EBITDA $\leq 3,0$, a Emissora poderá contratar novos endividamentos até este limite, sendo tal índice calculado com base nas definições abaixo:
- (i) Dívida = todas as obrigações financeiras a pagar da Emissora relacionadas ao Financiamento, às Debêntures, às Debêntures 476 (se emitidas) e outras dívidas financeiras permitidas, exceto leasing operacional;
 - (ii) Dívida Líquida = Dívida (-) caixa, bancos e aplicações financeiras;
 - (iii) EBITDA = lucro (prejuízo) operacional (+) depreciação e amortização.
- A verificação do índice de Dívida Líquida/EBITDA pelo Agente Fiduciário deverá ser realizada nas mesmas datas e mesmos termos conforme o disposto no item “r” acima, caso a Emissora o notifique nas mesmas datas de verificação trimestral dos índices para informar que contratou novos financiamentos.
- (u) a não observância do complemento da garantia a fim de manter o Valor Mínimo da Garantia, nos termos da Cláusula 3.22.7.2 acima; ou

- (v) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.22 desta Escritura venham a se tornar ineficazes ou inexecutíveis, e tal ineficácia ou inexecutibilidade não seja revertida no prazo de 20 (vinte) dias úteis da sua ocorrência.

7.2. Caso o ICSD apurado em qualquer trimestre esteja no intervalo entre 1,05 (um inteiro e cinco centésimos) e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) exclusivamente em decorrência de (a) lei, cuja validade, interpretação ou aplicação esteja sendo razoável e tempestivamente questionada em juízo pela Emissora, (b) decisão judicial ou administrativa relacionada à Concessão, em todos os casos com efeito econômico adverso à Emissora, devidamente justificado, as obrigações da Emissora de observância do ICSD, previstas na alínea “r” da Cláusula 7.1 desta Escritura, não darão ensejo à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, desde que a Emissora (i) apresente cópia da referida decisão judicial ou administrativa, bem como justificativa do respectivo impacto adverso, ao Agente Fiduciário; e (ii) deposite em conta vinculada a ser aberta em seu nome, que poderá ser debitada apenas com a assinatura conjunta do Agente Fiduciário (“Conta de Complementação do ICSD”) e que será constituída como garantia das Debêntures, anteriormente à apresentação, ao Agente Fiduciário, do Relatório Trimestral, conforme definido na alínea “e” (ii) da Cláusula 8.1, o valor necessário para que o ICSD atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), considerando o saldo da Conta de Complementação do ICSD no numerador da fórmula prevista na alínea “r” da Cláusula 7.1 acima. A hipótese prevista nesta Cláusula 7.2 poderá ocorrer e se manter por 4 trimestres consecutivos, sendo que, caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), sem considerar o saldo da Conta de Complementação do ICSD, no quinto trimestre consecutivo, tal fato dará ensejo ao vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da alínea “r” da Cláusula 7.1 acima. No caso de tornar-se irreversível, mediante trânsito em julgado perante o Poder Judiciário, o efeito econômico adverso à Emissora oriundo de referida lei ou decisão judicial ou administrativa, observar-se-á o disposto na Cláusula 7.7 desta Escritura.

7.3. Caso o ICSD apurado esteja no intervalo entre 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) e 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) por dois trimestres consecutivos, o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente previsto, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, incluindo a concessão de mútuos ou financiamentos pela Emissora, não ensejará a declaração de vencimento antecipado das Debêntures desde que a Emissora deposite na Conta de Complementação do ICSD, o valor necessário para que o ICSD atinja 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), considerando o saldo da Conta de Complementação do ICSD no numerador da fórmula prevista na alínea “r” da Cláusula 7.1 acima.

7.4. O saldo da Conta de Complementação do ICSD será liberado no trimestre em que o ICSD apurado for superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

7.5. A Conta de Complementação do ICSD será cedida fiduciariamente em garantia aos Debenturistas.

7.6. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas “a”, “b”, “f”, “g”, “i”, “j”, “k”, “l”, “n”, “o”, “p” e “s” da Cláusula 7.1. acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, inclusive conforme a excussão das Garantias, uma vez observado o Contrato de Compartilhamento de Garantias e os Contratos de Garantia.

7.7. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas “c”, “d”, “e”, “h”, “m”, “q”, “r”, “t”, “u” e “v” da Cláusula 7.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das debêntures. A AGD a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável

7.8. Na Assembléia mencionada na Cláusula 7.7 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula 10.2.1.1 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, optando por não excutir as Garantias.

7.9. Não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não instalação da AGD em primeira convocação. Somente na hipótese de: (i) instalação da AGD mencionada na Cláusula 7.7 acima em primeira convocação, conforme previsto na Cláusula 10.2.1.1 desta Escritura, e de não aprovação do exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.7 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) não instalação da AGD mencionada na Cláusula 7.7 acima em segunda convocação; ou (iii) instalação da AGD mencionada na Cláusula 7.7 acima em segunda convocação e de não aprovação do exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.7 acima, por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

7.10. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado ou o seu saldo, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 12.2 desta Escritura, ou por aviso de recebimento, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.16 acima.

CLÁUSULA VIII
COMPROMISSOS DA EMISSORA E
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

8.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura, no Prospecto Preliminar da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços da Companhia (“Prospecto Preliminar”) e no Prospecto Definitivo da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços da Companhia (“Prospecto Definitivo” e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, “Prospectos”);
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral definitiva que implique em condenação da Emissora a obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
- (d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 7 acima;
- (e) encaminhar ao Agente Fiduciário:
 - (i) informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário justificadamente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
 - (ii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que

ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, quando for o caso, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, (b) relatório trimestral demonstrando (1) a apuração dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1. “r” e “t” acima, este último quando for o caso, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração; (2) a memória de cálculo para apuração do valor a ser depositado em cada uma das Contas Reserva, conforme o caso, nos termos do Contrato de Administração de Contas; e (3) se for o caso, a memória de cálculo para apuração do valor necessário para que o ICSD atinja o valor de 1,20 (um inteiro e dois décimos) ou 1,30 (um inteiro e três décimos), conforme o caso, nos termos das Cláusulas 7.2 e 7.3 acima (“Relatório Trimestral”), (c) de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura, nos Contratos de Garantia, e (d) relatório emitido por empresa de consultoria independente ou banco de investimento, conforme o caso, contendo o Valor Mínimo da Garantia com base em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior;

(iii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas informações trimestrais relativas aos respectivos trimestres, quando for o caso, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, acompanhado do Relatório Trimestral;

(iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva obrigações de pagamento pela Emissora de valores iguais ou superiores à R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), dentro de 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;

(v) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, e que seja necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura;

(vi) cópia do formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 6 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM (“Formulário de Referência”);

(vii) em até 1 (um) dia útil, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 3.18, acima;

(viii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados (ou deveriam ter sido

publicados) ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(ix) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento;

- (f) convocar as AGDs, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, ou pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA;
- (h) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (i) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;
- (j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura;
- (k) contratar anualmente durante o prazo de vigência das Debêntures uma agência classificadora de risco a ser escolhida pela Emissora dentre Standard and Poor's, Moody's ou Fitch Ratings, para obtenção de "rating", para:
 - (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado;
 - (ii) assegurar que seja entregue à CVM, ao Agente Fiduciário e à ANBIMA e, que seja divulgado na página da rede mundial de computadores pertinente, os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios, ainda que a classificação de risco das Debêntures não tenha sido alterada em relação ao relatório anterior; e
 - (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;
- (l) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou

administrativamente, de boa-fé, pela Companhia;

- (m) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em data e em horário comercial previamente acordados com a Emissora, a qual não poderá exceder a 2 (dois) dias úteis contados de solicitação do Agente Fiduciário: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela AGD;
- (n) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (o) notificar o Agente Fiduciário, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento;
- (p) informar à CETIP e à BM&FBOVESPA sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete de maneira adversa e relevante, as informações prestadas nos Prospectos e/ou as Debêntures, no prazo legal ou regulamentar aplicável;
- (q) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos relevantes exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e implementação da Concessão na fase em que se encontrar, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (r) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades e à implementação da Concessão na fase em que se encontrar, ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontram-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (s) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;
- (t) contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência

das Debêntures: (i) Banco Mandatário; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX);

- (u) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (v) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.19. acima;
- (w) enviar à CVM, à BM&FBOVESPA e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de AGD, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (x) contratar e manter contratada, enquanto as Debêntures não forem integralmente quitadas, empresa de consultoria independente e de boa reputação e/ou bancos de investimento, ambos de primeira linha, nos termos do Contrato de Penhor, para realização do laudo de avaliação das Ações Empenhadas, que deverão ser entregues ao Agente Fiduciário até dia 15 de junho de cada ano;
- (y) adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa dos ativos onerados nos Contratos de Garantia, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros;
- (z) no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da respectiva solicitação, seguindo os critérios de razoabilidade e de boa-fé, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações e comprovações por este requeridas, acerca das Obrigações Garantidas, incluindo, mas não limitando-se aos Direitos Cedidos e as Ações Empenhadas, nos termos dos Contratos de Garantia, de sorte a permitir que o Agente Fiduciário execute todas as disposições dos Contratos de Garantia; e
- (aa) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das Obrigações Garantidas, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Obrigações Garantidas, incluindo, mas não limitando-se aos Direitos Cedidos e as Ações Empenhadas, nos termos dos Contratos de Garantia, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA IX

AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

- 9.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, como o agente fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora os titulares das Debêntures.
- 9.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

9.2. Substituição

- 9.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 9.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 9.2.1 acima não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.
- 9.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 9.2.7. abaixo.
- 9.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 9.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.
- 9.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores.
- 9.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que (i) o eventual substituto não poderá, receber remuneração superior ao seu antecessor, a não ser que aprovado pela Emissora; e (ii) a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.

9.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser arquivado na JUCESP.

9.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

9.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

9.3. Deveres

9.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o arquivamento desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, inconsistências ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;

- i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, as AGD, respeitando-se as regras relacionadas à convocação da AGD, bem como à publicação constantes da Lei das S.A. e desta Escritura, devendo ser a Emissora notificada desta convocação concomitantemente;
- k) comparecer à AGD, conforme o caso, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1 (r) acima;
 - (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias reais, após a realização do Aditamento para convolar a espécie das Debêntures; e
 - (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício

social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora e na página da rede mundial de computadores pertinente;
 - (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) na sede da CVM; e
 - (iii) na sede do Coordenador Líder, indicada na Cláusula 12 abaixo;
 - (iv) na BM&FBOVESPA; e
 - (v) na CETIP.
- n) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.18 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- q) verificar o cumprimento dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1 “r” e “t” acima, apurados pela Emissora;
- r) encaminhar à Emissora, cópia da versão final e assinada do Contrato de Compartilhamento, bem como de seus eventuais aditivos, em até 2 (dois) dias úteis contados de sua respectiva assinatura;
- s) notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- (i) à CVM;
 - (ii) à BM&FBOVESPA; e
 - (iii) à CETIP; e
- t) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista na alínea “k” da Cláusula 8.1 acima, bem como enviar à ANBIMA os relatórios de classificação de risco das Debêntures, com atualização anual, elaborados pela agência de *rating*

contratada pela Emissora, em até 05 (cinco) dias úteis contados da veiculação dos referidos relatórios;

- u) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos na alínea “a”, do Parágrafo Primeiro, do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, após a realização do Aditamento para convolar a espécie das Debêntures;
- v) intimar a Emissora a reforçar as garantias reais, na hipótese prevista na Cláusula 3.22.7.1 desta Escritura, após a realização do Aditamento para convolar a espécie das Debêntures; e
- w) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, após a realização do Aditamento para convolar a espécie das Debêntures.

9.4. Atribuições Específicas

9.4.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” da mesma Cláusula.

9.4.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

9.5. Remuneração

9.5.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe

competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

9.5.1.1. Parcelas trimestrais de R\$8.000,00 (oito mil reais), sendo devida a primeira 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes. Serão devidas parcelas trimestrais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento. No caso de celebração de aditamentos a Escritura e aos Contratos de Garantia, exceto por aqueles que integram essa Escritura e os Contratos de Garantia como anexos, serão devidos a ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.

9.5.1.2. Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional por hora trabalhada no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das Garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos. Referida remuneração deverá ser paga em até 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das Garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das debêntures para os fins do disposto nesta Cláusula 9.5.1.2.

9.5.1.3. A remuneração não inclui as despesas razoáveis e devidamente comprovadas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis e devidamente comprovadas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.5.1.4. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.5.1.5. A parcela disposta na Cláusula 9.5.1.1. acima será atualizada pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo.

9.5.1.6. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.5.1.7. No caso de inadimplemento da Emissora, não remediado no respectivo prazo de cura, se aplicável, todas as despesas razoáveis, comprovadas e conforme práticas de mercado em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais, todas elas referentes às ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas, desde que tais despesas sejam relacionadas à solução da inadimplência. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias

9.5.1.8. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os Encargos Moratórios da Cláusula 3.16 desta Escritura.

CLÁUSULA X

ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

- 10.1.1. Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de cada uma das Séries, sendo que poderá ser realizada uma AGD comum a ambas às Séries caso possuam a mesma ordem do dia, observado sempre o disposto nas Cláusulas 9.3.1(j) e 10.2.3 desta Escritura.
- 10.1.2. A AGD de cada uma das séries pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme definido abaixo, ou pela CVM.
- 10.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal “Valor Econômico”, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.
- 10.1.4. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para a assembleia geral de acionistas.
- 10.1.5. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

- 10.1.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, ou dos titulares de todas as Debêntures de cada Série, conforme o caso.
- 10.1.7. Nas deliberações da AGD, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura.
- 10.1.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.
- 10.1.9. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A AGD de cada uma das séries se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Primeira Série e a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Segunda Série, conforme o caso, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que em caso de AGD comum a ambas às Séries, nos termos do Cláusula 10.1.1 acima, para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da Série a que pertença.

10.2.1.1. Exclusivamente para fins da instalação da AGD a que se refere a Cláusula 7.7, o quorum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação da Primeira Série e de, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação da Segunda Série; e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que em caso de AGD comum a ambas às Séries, para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da Série a que pertença.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação da Primeira Série” todas as Debêntures da Primeira Série subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até

o segundo grau. Adicionalmente, entende-se como “Debêntures em Circulação da Segunda Série” todas as Debêntures da Segunda Série subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau. As Debêntures em Circulação da Primeira Série, em conjunto com as Debêntures em Circulação da Segunda Série, são denominadas “Debêntures em Circulação”.

10.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, que poderá participar e discutir os assuntos levados à deliberação, desde que sem prejudicar a dinâmica dos trabalhos.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures da respectiva série presentes à Assembléia ou àquele que for designado pela CVM.

10.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como a deliberação objeto da Cláusula 7.7 acima, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série e 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, nos casos de AGD comum a ambas às Séries, observado que alterações na Remuneração, nas condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas cláusulas de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura, exceto o quorum previsto na Cláusula 9.4.2 acima, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série e 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, nos casos de AGD comum a ambas às Séries.

10.4.2. As alterações das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série e 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série.

CLÁUSULA XI

DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

11.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura e, com relação ao item (j) e (m), na data de assinatura do Instrumento Particular de 2º Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;

- (j) verificou, com base nas informações dispostas na Cláusula 3.7.1 acima, que o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das S.A. foi atendido;
- (k) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura;
- (l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes; e
- (m) verificou a regularidade da constituição das garantias reais, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência, com base nas informações dispostas na Cláusula 3.7.1. acima, e de sua exeqüibilidade, ressalvadas as disposições constantes na seção “Fatores de Risco” previstas no Prospecto Definitivo da presente Emissão no que diz respeito a excussão das garantias.

11.2. Declarações e Garantias da Emissora

11.2.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia, realizada a liberação das garantias do Empréstimo Ponte, a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (d) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterà, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Oferta e o Formulário de Referência contém todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

- (e) as declarações, informações e fatos contidos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (f) as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos da Emissão em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (g) na Data de Emissão as ações de emissão da Emissora, empenhadas nos termos do Contrato de Penhor, possuem valor correspondente ao Valor Mínimo da Garantia;
- (h) não há fatos relativos à Emissora que, nas respectivas datas dos Prospectos da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos da Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (i) as informações financeiras da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, em todo os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (j) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (k) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos da Emissão, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, que seja de conhecimento da Emissora, cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira;
- (l) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e em processo de obtenção de registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras; e foi devidamente constituída, com plenos poderes para conduzir seus negócios, conforme descrito no Formulário de Referência e não possui sociedades por ela controladas ou participações societárias em outras sociedades;

- (o) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e pelo Contrato de Concessão, por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (p) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures (exceto com relação às Garantias e à liberação do Empréstimo Ponte), ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da Emissão na ANBIMA e CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND, ao DDA e ao BOVESPAFIX, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;
- (q) os balanços patrimoniais da Emissora auditados e datados de 31 de dezembro de 2009 e os revisados de 30 de junho de 2009 e 31 de março de 2010 e as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora referentes aos exercícios e trimestres à época encerrados, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas;
- (r) a Emissora está em cumprimento, em seus aspectos relevantes, das leis e regulamentos ambientais a elas aplicáveis, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (s) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades e implementação da Concessão na fase em que se encontrar, ou sua obtenção encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (t) os seus representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (u) não omitiu, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (v) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto conforme descrito nos Prospectos, e exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não causaria um impacto adverso relevante;
- (w) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (x) a Emissora possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia, possui todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição das Garantias, tendo inclusive obtido a anuência da ARTESP para a constituição das Garantias e, quando for realizada a liberação das garantias do Empréstimo Ponte, poderá cumprir com todas as obrigações assumidas nos Contratos de Garantia;
- (y) os Contratos de Garantia constituem obrigações legais, válidas e vinculativas, podendo ser executados contra si de acordo com seus termos; e
- (z) responsabiliza-se pela existência e correta formalização dos direitos cedidos em garantia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

CLÁUSULA XII COMUNICAÇÕES

12.1. Exceto se de outra forma prevista nesta Escritura, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes deverão ser encaminhadas para endereços constantes na Cláusula 12.2 abaixo.

12.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob

protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Avenida Juca Peçanha, nº 116 – Cidade Satélite

CEP 12941-000, Atibaia, SP

At.: Sr. Lucas Cive Barbosa

Tel.: (11) 4414-6620

Fax: (11) 4412-5786

E-mail: cive@rotadasbandeiras.com.br

Internet: www.rotadasbandeiras.com.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust DTVM S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205

CEP 22640-100 - Barra da Tijuca – RJ

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

At.: Gustavo Dezouart

gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br

(c) Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Avenida Yara, s/n – Cidade de Deus – Prédio Amarelo – 2ª andar
CEP 06029-900 – Osasco - SP
At.: Departamento de Ações e Custódia - DAC
Telefone: (11) 3684-4522
Fac símile: (11) 3684-5645
e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br
Internet: www.bradesco.com.br

(d) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar, São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários – GEVAM
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
e-mail: gr.debentures@cetip.com.br

(e) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Praça Antonio Prado, nº 48, São Paulo, SP
Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP

12.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias úteis contados da sua ocorrência.

12.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 12.2. acima serão arcados pela parte inadimplente.

12.5. As notificações de inadimplemento dispostas na Cláusula 7 desta Escritura não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fac-símile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio.

CLÁUSULA XIII
CUSTOS DE REGISTRO

13.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

CLÁUSULA XIV
DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14.1.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.2. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

14.3. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

14.4. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 22 de junho de 2010.
(assinaturas na próxima página)

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

Nome:

Cargo:

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO I

MODELO DE ADITAMENTO DE ESCRITURA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE [●] ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM DUAS SÉRIES, EM REGIME MISTO DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

- (i) **CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.**, sociedade com sede na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Avenida Juca Peçanha, nº 116, Bairro Cidade Satélite, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.647.979/0001-48, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Companhia” ou “Emissora”); e
- (ii) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205 – Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.768/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”), representando os Debenturistas da Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, a ser convolada em espécie com garantia real, em duas séries, em regime misto de garantia firme e melhores esforços da Emissora (“Debenturistas da Primeira Série” e “Debenturistas da Segunda Série” e, em conjunto, “Debenturistas”),

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o [●] aditamento (o “Aditamento”) à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (a “Escritura”, a “Emissão” e as “Debêntures”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

O presente Aditamento é celebrado conforme a Cláusula 3.22.4 da Escritura, não sendo necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas e de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora para sua realização.

CLÁUSULA II AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62 da Lei das S.A.

CLÁUSULA III RETIFICAÇÕES

O presente Aditamento tem como objetivo alterar a espécie das Debêntures, de subordinada para com garantia real.

Para tanto, as partes resolvem alterar a Cláusula 7.1 da Escritura, de forma a excluir o item “u”, devido ao fato de tal item tornar-se superado com a celebração do presente Aditamento.

Ademais, ficam alteradas as Cláusulas 3.6.1, 3.7.1 e alínea “j” da cláusula 11.1.1. da Escritura, que passam a ter a seguinte nova redação:

“3.6. *Espécie*

3.6.1. Espécie: As Debêntures são da espécie com garantia real, conforme estabelecido na Cláusula 3.22 desta Escritura.”

“3.7 *Limite da Emissão*

3.7.1. A Emissão atende aos requisitos previstos na alínea “a” do parágrafo primeiro, do artigo 60 da Lei das S.A., uma vez que (a) as Debêntures são da espécie com garantia real, e (b) o valor total das Garantias, nesta data, é de R\$[●] ([●]), apurado (descrever) o que representa, na Data de Emissão, [●]% do valor total do saldo devedor das Debêntures.”

“11.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que: (...)

(j) verificou, com base nas informações dispostas na Cláusula 3.7.1 acima que o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das S.A”

CLÁUSULA IV RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA V DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, [●] de [●] de 2010

Página de Assinatura do Instrumento Particular De [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Página de Assinatura do Instrumento Particular De [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

Nome:

Cargo:

Página de Assinatura do Instrumento Particular De [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: